

841

MARCELLO CAETANO

NÃO ESTAMOS  
EM TEMPOS FÁCEIS...

DISCURSO PROFERIDO PERANTE OS  
DIRIGENTES DA ACÇÃO NACIONAL  
POPULAR, NO PALÁCIO DE S. BENTO,  
EM 27 DE SETEMBRO DE 1971



MARCELLO CAETANO



# NÃO ESTAMOS EM TEMPOS FÁCEIS...

DISCURSO PROFERIDO PERANTE OS  
DIRIGENTES DA ACÇÃO NACIONAL  
POPULAR, NO PALÁCIO DE S. BENTO,  
EM 27 DE SETEMBRO DE 1971

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1 9 7 1



5.N.F.  
855

INCORPORAÇÃO

323

EM TEMPOS FACIS  
NAO ESTAMOS



Senhores vogais da Comissão Central da Acção  
Nacional Popular,  
Senhor Presidente e senhores vogais da Comissão  
Executiva,  
Minhas senhoras e meus senhores:

Agradeço-vos com todas as veras a vossa presença aqui e sobretudo o trabalho realizado durante estes dias e os propósitos de acção futura que dele resultaram.

Não é só na qualidade de presidente da Comissão Central da Acção Nacional Popular que exprimo esses agradecimentos. Nem só ou também como chefe do Governo. Mas juntando a esses títulos o de simples português.

Torna-se absolutamente necessário que os portugueses dignos desse nome se unam ao redor dos governantes por eles escolhidos, e os ajudem a levar a bom termo as duras e espinhosas tarefas a que temos de fazer face.

O Governo a que presido tem trabalhado muito, é certo. Não nos temos poupado esforços nem vigílias.

Procurámos corajosamente enfrentar os problemas nacionais. Conseguimos sustentar a defesa das províncias ultramarinas contra a subversão crescentemente instigada por essa incrível Organização chamada das Nações Unidas e que poderosos interesses armam e subsidiam. E se não esmorecemos na luta no ultramar, tão-pouco demos quartel aos que querem trazer o terrorismo à metrópole.

Mas enquanto defendemos o ultramar, na frente diplomática como nas frentes da contra-subversão, com todos os incómodos, encargos e penas que essa defesa comporta, temos tido a preocupação de não deixar que o País se distancie mais dos padrões de desenvolvimento da Europa tradicionalmente rica, e de preparar o futuro de modo a nele terem lugar e possibilidades de acção as novas gerações.

Durante os primeiros anos da subversão em África julgou-se impossível conciliar o esforço da defesa com o esforço do fomento económico e cultural feito à escala exigida pela recuperação dos nossos atrasos.

Essa conciliação temos tentado fazê-la, na convicção de que seria precária a vitória em África se só pudéssemos consegui-la à custa da estagnação na Europa. Por isso nos lançámos audaciosamente na política da valorização do povo português através das reformas do ensino, da saúde e da assistência e previdência social, ao mesmo tempo que procuramos reforçar a acção do Estado na promoção económica e incentivar a iniciativa privada.

Creio que este esforço tem sido compreendido e aplaudido pela Nação. Mas, ao recordá-lo aqui, para



garantir o nosso propósito de nele prosseguir, não posso deixar de acentuar as graves dificuldades que comporta.

Muitos são os que pensam que tudo lhes é devido, e nada lhes deve ser exigido. Está-se a criar uma perigosa mentalidade de reivindicações e de facilidades absolutamente incompatível com as realidades e possibilidades do País.

Faltaria à minha obrigação de falar verdade aos Portugueses se não lhes lembrasse que estamos a atravessar horas muito críticas, horas em que a agudeza dos problemas nacionais é agravada por inquietantes condições da economia e da política internacionais.

Não se julgue que nadamos na abundância de recursos humanos e materiais. Só uma gestão cuidadosíssima dos dinheiros públicos permite fazer o esforço que estamos a fazer com as forças armadas e ao mesmo tempo atender ao mais preciso à conservação e ao progresso da vida nacional. Gestão cuidadosíssima dos dinheiros públicos, disse eu, e nunca será de mais sublinhá-lo para que os cidadãos não reclamem a cada passo novas despesas e para que os funcionários tomem consciência do seu dever de não delapidar o que há. Mas os recursos humanos? Esses que a emigração e a mobilização tornam escassos, e sem os quais não vale a pena dispor de dinheiro, porque o dinheiro só vale quando haja quem o empregue, quem o transforme em bens úteis e assim o valorize para a colectividade? As pessoas são a grande riqueza de uma pátria e sem gente suficiente e capaz não há progresso possível.

Por isso vos dizia, meus senhores, que se torna indispensável a união dos bons portugueses em redor do Governo. Indispensável, também, a existência de um agrupamento de cidadãos como a Acção Nacional Popular, que mantenha o diálogo constante com quem governa, para informar e para se esclarecer, para trazer aos meios governativos a opinião pública e para depois a elucidar e formar na base da verdade das coisas e das realidades do Poder.

Há, por inevitável pendor da natureza humana, certa tendência egoísta da parte dos indivíduos, como das localidades, das empresas ou das profissões. Todos pensam, primeiro, em si próprios. Todos consideram dever primário zelar e defender os seus interesses. Todos entendem justo o que a seus olhos parece conveniente.

Ao Governo da Nação vem bater toda essa maré de reclamações e pedidos; mas, tendo de abranger com o seu olhar o horizonte do País inteiro, desde Caminha até Timor, quem decide é forçado a fazer o balanço entre as necessidades e as possibilidades para depois graduar a satisfação dessas necessidades segundo uma escala que dê prioridade ao que for mais valioso, não só no momento presente mas também segundo as perspectivas futuras.

Ora a Acção Nacional Popular tem de impregnar-se do mesmo espírito que deve guiar a acção governativa. E de transmiti-lo aos restantes cidadãos.

Repito, insisto, que não estamos em tempos fáceis. E que tudo quanto se está a fazer só é possível com estreita



colaboração no seio do Governo e com a patriótica compreensão da parte do povo português.

Gostaria de dizer-lhes e de dizer ao País só palavras de optimismo. Optimista continuo a sê-lo. Sou-o porque acredito em que transporemos os obstáculos levantados, e são muitos, à nossa marcha de Nação independente que não desiste dos seus direitos nem quer deixar de alcançar as suas aspirações.

Mas o que não posso é ocultar a existência desses obstáculos. Não posso ocultar ao País que temos grandes dificuldades a vencer, que continuaremos a tê-las por muito tempo e que é possível que elas cresçam em número e gravidade.

São vencíveis. Mas para as vencermos temos de trabalhar com afincos. Temos de produzir cada vez mais riqueza. Temos de manter bem vivo o sentimento do amor pátrio. E temos sobretudo que encarar o futuro com espírito de unidade, com resolução firme, com vontade perseverante de triunfar, não consentindo à nossa volta o derrotismo e menos ainda a traição.

Estou certo de que o povo português compreenderá esta linguagem. E que, como até aqui, continuará a ser o penhor seguro da continuidade nacional.

Desejaria que a Acção Nacional Popular fosse o fermento destinado a fazer levedar a todo o tempo esse admirável patriotismo que nos momentos críticos foi sempre a grande reserva de energia portuguesa.

Há três anos disse, ao tomar posse da presidência do Conselho, que não me faltava o ânimo para enfrentar

os ciclópicos trabalhos que então antevia. Os trabalhos são realmente ciclópicos. O ânimo para os enfrentar ainda não me desamparou. Nem a confiança desde o primeiro momento mantida no bom, no admirável, no incomparável povo português. Com ele tenho a certeza de que seguiremos o caminho certo; tenho fé de que, com ele, saberemos sempre encontrar o caminho digno de Portugal!





NB



\*EF00000111145\*



S.N.